AMANDA FEDERICO LOPES FERNANDES

A convenção de resolução consensual de conflitos

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Carlos Alberto Carmona

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

AMANDA FEDERICO LOPES FERNANDES

A convenção de resolução consensual de conflitos

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Carmona.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fernandes, Amanda Frederico Lopes

A Convenção de Resolução Consensual de Conflitos ;
Amanda Frederico Lopes Fernandes ; orientador Carlos
Alberto Carmona -- São Paulo, 2020.

277

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. MASCs. Meios consensuais. 2. Justiça
consensual/conciliativa. 3. Convenção de resolução
consensual de conflitos. 4. Negócio Jurídico
Processual. 5. Efeitos processuais e vinculantes. I.
Carmona, Carlos Alberto, orient. II. Título.

Nome: FERNANDES, Amanda Federico Lopes

Título: A convenção de resolução consensual de conflitos

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito (Área
de concentração: Direito Processual).

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À Faculdade
À minha família
Por tudo o que eu sou e aprendi a ser

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Carlos Alberto Carmona, pelas valiosas horas dedicadas à discussão e ao compartilhamento de minhas dúvidas e angústias. Sua orientação, especialmente voltada à (re)estruturação do presente trabalho, foi essencial e espero que o resultado faça jus às recomendações e expectativas.

As estimulantes e desafiadoras aulas do curso de arbitragem ao longo do meu terceiro ano de graduação foram responsáveis por despertar a minha grande admiração pelo Professor Carmona e por definir o meu objetivo de trabalhar com a resolução extrajudicial e adequada de disputas.

No meu penúltimo ano de graduação, em 2012, tive a grande satisfação de idealizar e conceber, juntamente com o Professor Carmona, o “Workshop sobre Mediação”, na Faculdade. A experiência de organizar e participar de relevante debate entre queridos e renomados mestres, profissionais e amigos – em destaque, a saudosa e brilhante Professora Ada Pellegrini Grinover, Professor Carlos Alberto de Salles e Nicholas Pryor –, acerca da mediação no Brasil e no Reino Unido, foi memorável, servindo também como um divisor de águas na minha carreira acadêmica e profissional.

Não poderia falar da minha carreira profissional sem agradecer a Paulo Macedo Garcia Neto, meu estimado e competente chefe que, desde a nossa primeira conversa durante a minha entrevista de trabalho, propôs um desafio que eu busco alcançar dia-a-dia: sermos o melhor time de resolução de disputas! Muito obrigada por ter confiado em mim para a nova jornada com o Macedo Garcia Advogados.

Outra parte importante da minha carreira profissional e acadêmica se iniciou com a docência no curso de pós-graduação em direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV*law*). Em 2017, a partir de um seleto grupo de profissionais e acadêmicos, fui selecionada para realizar o Curso de Aprimoramento Docente – Técnicas de Negociação para Advogados e, desde 2018, estreei como membra do corpo docente da FGV*law*. Os sentimentos de alegria e realização são enormes e, por isso, agradeço a cada coordenador do FGV*law* e às professoras do curso de Técnicas de Negociação, profissionais de minha elevada admiração.

Também agradeço especialmente à minha família. Meus pais, que sempre me proporcionaram as melhores condições de vida e estudo, além de suporte incondicional em todos os aspectos da minha vida. Aos meus avós. Sou muito grata e extremamente sortuda por compartilhar momentos como este, de depósito da minha dissertação do mestrado, com

os meus quatro avós. Aos tios, primos e futuro esposo, Luis Fernando Meira do Prado, que, desde o início do nosso namoro, proporcionou-me a sensação de um lar junto a ele, de sermos uma família e um time que dá completo apoio para o sucesso do outro. Muito obrigada por sua presença e compreensão com a minha ausência (principalmente a ausência física ao longo dos quase 40 dias de estudo em terras francesas).

Meus agradecimentos aos Professores Fernando Dias Menezes de Almeida e Hugues Fulchiron, que possibilitaram a experiência maravilhosa e proveitosa de estudar e reunir bibliografia para a presente dissertação na Bibliothèque Interuniversitaire Cujas, em Paris, e, na Université Jean Moulin Lyon 3, em Lyon.

Agradeço também aos Professores Carlos Alberto de Salles e Fernanda Tartuce que durante a banca de qualificação e até mesmo antes, enquanto eu era estudante da graduação buscando textos para bibliografia de estudo e esclarecer dúvidas, prontificaram-se a dar ótimos conselhos e orientações.

Meu muito obrigada aos amigos: Ananda Palazzin de Almeida, que teve toda a paciência do mundo para receber, ler e ponderar sobre as versões deste trabalho, bem como ouvir as minhas mensagens com dúvidas e inquietações, Vivian Daniele Rocha Gabriel, que muito me auxiliou e inspirou com suas considerações, dicas sobre o meu texto e vivência acadêmica, Thiago Santos Martins, que há bons anos me acompanha na labuta cotidiana da arbitragem e por quem eu guardo carinho e admiração, Lucas Morelli, meu querido amigo desde os bancos da Sala Barão de Ramalho, Augusta Vezzani Diebold, com quem divido boas risadas e inquietações acadêmicas, Luísa Natal Saboya, que reforça a ala feminina do escritório e está sempre disponível para ajudar com os mais diversos e complexos assuntos, Mariana Capela Lombardi Moreto, pela agradável companhia e questionamentos instigantes e reflexivos durante os nossos almoços, Isabela Dearo Vieira Santos por todo o suporte, auxílio e dedicação com a leitura da minha dissertação, Fernanda Rocha Lourenço Levy, mediadora da mais alta qualidade e acadêmica renomada com quem tive a honra de compartilhar momentos tão caros em congressos e competições acadêmicas de mediação, Andrea Maia, Christiana Beyrodt Cardoso e Ricardo Dalmaso Marques, três notáveis profissionais – sempre se destacando na área de resolução de disputas – e queridos amigos que eu agradeço enormemente pelas contribuições bibliográficas.

Finalmente, a Deus, muito obrigada por mais esta conquista, fruto de muita dedicação.

RESUMO

FERNANDES, Amanda Federico Lopes. **A convenção de resolução consensual de conflitos**. 2020. 277p. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O presente trabalho tem por escopo discutir a convenção de resolução consensual de conflitos dentro de um contexto de promoção e protagonismo da justiça consensual/conciliativa. Tanto a nível nacional quanto a nível internacional, os meios consensuais estão ganhando destaque como procedimentos que buscam pacificar demandas que encontram soluções mais adequadas extrajudicialmente. Tem-se como objeto de estudo a convenção de resolução consensual de conflitos como negócio jurídico processual, indagando-se se dela decorrem efeitos processuais e se estes são vinculantes, haja vista a declaração de vontade das partes cristalizada em compromisso ou cláusula contratual que define a realização dos procedimentos de negociação, mediação e/ou conciliação prévia ou posteriormente a um meio adjudicatório ou, ainda, que excetue a realização da mediação ou da conciliação judiciais determinadas pelo artigo 334 do Código de Processo Civil. Para tanto, o estudo do direito comparado é de serventia. Buscar-se-á enfrentar os temas relacionados ao descumprimento da convenção de resolução consensual de conflitos e a quais possíveis respostas processuais poderiam ser buscadas perante o juiz/árbitro competente pela condução do meio adjudicatório. O trabalho também se propõe a enfrentar questões que colocam à prova a efetividade da convenção de resolução consensual de conflitos, tais como: o desequilíbrio de poderes dos participantes do meio consensual; a insuficiência econômica e informacional relacionada à realização do meio consensual; e, em matéria de direito do consumidor, a imposição judicial de procedimento de ODR, de negociação transformada pela tecnologia, como requisito de admissibilidade da ação judicial, independentemente de pactuação pelas partes de convenção de resolução consensual de conflitos.

Palavras-chave: MASCS. Meios consensuais. Justiça consensual/conciliativa. Convenção de resolução consensual de conflitos. Negócio jurídico processual. Efeitos processuais. Efeitos vinculantes.

ABSTRACT

FERNANDES, Amanda Federico Lopes. **The consensual dispute resolution convention**. 2020, 277p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The present paper aims at discussing the consensual dispute resolution convention within a context of encouragement and prominence of the consensual/conciliative justice. The consensual procedures are gaining the spotlight both nationally and internationally as proceedings that seek to pacify disputes that find more appropriate solutions out of the courts. The object of study is the consensual dispute resolution convention as a procedural legal transaction. It is inquired whether any procedural effects stem from such transaction or whether its effects are binding, considering that the parties' will is crystallized in an agreement or contractual clause that determines that the parties take part in the negotiation, mediation and/or conciliation procedures prior or subsequently to an adjudicatory procedure or, that excepts for the parties to take part in the judicial mediation or conciliation, which are established by article 334 of the Civil Procedure Code. To this end, the comparative law study is of assistance. It is intended to face both the matters concerning the breach of the consensual dispute resolution convention and the possible procedural reliefs that could be sought before the judge/arbitrator, who is competent for the conduct of the adjudicatory procedure. The paper also proposes to address issues that test the effectiveness of the consensual dispute resolution convention, such as: the unbalance of powers of the participants in the consensual procedures; the lack of economic and informational means relating to the participation in the consensual procedures; and, regarding consumer law matters, the judicial imposition of an ODR procedure as the technology-transformed negotiation, as a requirement of admissibility of the lawsuit, regardless of an agreement by the parties to a consensual dispute resolution convention.

Keywords: ADRs. Consensual procedures. Consensual/conciliative justice. Consensual dispute resolution convention. Procedural legal transaction. Procedural effects. Binding effects.

LISTA DE SIGLAS

AAA	<i>American Arbitration Association</i>
ADR	<i>Alternative Dispute Resolution</i>
CAJC	Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania
CAMARB	Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial
CAM-CCBC	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá
CBAr	Comitê Brasileiro de Arbitragem
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CEPEJ	<i>European Commission for the Efficiency of Justice</i> / Comissão Europeia para Eficiência da Justiça na Europa
CIESP/FIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo / Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
CJEU	<i>Court of Justice of European Union</i> / Corte Europeia de Justiça
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPR	<i>Civil Procedure Rules</i> ou <i>International Institute for Conflict Prevention and Resolution</i>
ENAPRES	Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos
FONAMEC	Fórum Nacional de Mediação e Conciliação
GEMEP	Grupo de Estudos de Mediação Empresarial Privada
ICC/CCI	<i>International Chamber of Commerce</i> / Câmara de Comércio Internacional
iMSAs	<i>international Mediated Settlement Agreements</i>
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
MASC	Meio Adequado de Solução de Conflitos
NUPMEC	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
ODR	<i>Online Dispute Resolution</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

SAC	Sistema de Atendimento ao Consumidor
SENACON	Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJDF	Tribunal de Justiça do Distrito Federal
TJGO	Tribunal de Justiça de Goiás
TJMA	Tribunal de Justiça do Maranhão
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJPR	Tribunal de Justiça do Paraná
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF1	Tribunal Regional Federal da Primeira Região
UNCITRAL	<i>United Nations Commission on International Trade Law</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1. OS MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	29
1.1. MASCs E, ESPECIFICAMENTE, OS MEIOS CONSENSUAIS COMPONENTES DO OBJETO DE ESTUDO	29
1.1.1.NEGOCIAÇÃO	37
1.1.2.MEDIAÇÃO	39
1.1.3.CONCILIAÇÃO	41
1.1.3.1.CLASSIFICAÇÕES DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO COMO EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS (PRÉ-PROCESSUAIS OU PROCESSUAIS)	44
1.1.4.CONCEITUAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	46
1.2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DOS MASCs E, EM ESPECIAL, O INCENTIVO À MEDIAÇÃO	48
1.2.1.DA PERSPECTIVA BRASILEIRA	55
2. O PROTAGONISMO DA JUSTIÇA CONSENSUAL	62
2.1. JUSTIÇA CONSENSUAL/CONCILIATIVA COMO EXERCÍCIO DE JURISDIÇÃO?	62
2.1.1.MINISSISTEMA DE JUSTIÇA CONSENSUAL: DIRETRIZES DE POLÍTICA PÚBLICA, LEGISLAÇÃO PROCESSUAL E ESPECÍFICA. ANTINOMIAS	73
2.2. TUTELA ADEQUADA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ERIGIDA À NORMA FUNDAMENTAL DO PROCESSO CIVIL	80
3. A CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS COMO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL SOBRE MEIOS CONSENSUAIS	84
3.1. CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS COMO NEGÓCIO JURÍDICO	84
3.2. CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS COMO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL	91
3.2.1.CLÁUSULA ESCALONADA	95
3.2.2.“CONVENÇÃO DE PROCESSO PARTICIPATIVO”	101

3.2.3. OUTROS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS SOBRE MEIOS CONSENSUAIS	107
4. OS EFEITOS PROCESSUAIS DA CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS.....	114
4.1. DA PERSPECTIVA COMPARADA DO DIREITO ESTRANGEIRO.....	115
4.2. IMPORTÂNCIA DA REDAÇÃO CLARA E EXPRESSA DA CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	128
4.3. EFEITOS PROCESSUAIS NEGATIVO OU SUSPENSIVO.....	138
4.3.1. RELEVÂNCIA DO INTERESSE DE AGIR	143
4.3.2. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO	151
4.3.3. CONDIÇÃO SUSPENSIVA DO PROCESSO	153
4.4. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE CUJO EFEITO NEGATIVO É POSTERGADO	157
4.5. OBRIGATORIEDADE DA “AUDIÊNCIA” PRÉVIA DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO E “CLÁUSULA OPT OUT”	163
4.5.1. ITÁLIA: PAÍS EM QUE É OBRIGATÓRIA A MEDIAÇÃO PREVIAMENTE AO INGRESSO EM JUÍZO	175
4.5.2. INGLATERRA E PAÍS DE GALES: PAÍSES EM QUE INEXISTE PREVISÃO LEGAL QUANTO À OBRIGATORIEDADE DA MEDIAÇÃO PREVIAMENTE À AÇÃO JUDICIAL.....	183
4.5.3. FRANÇA: PAÍS EM QUE A TENTATIVA DE IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO JUDICIAL OBRIGATÓRIA AINDA É LIMITADA	189
4.5.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REGIMES JURÍDICOS ESTRANGEIROS E À GUIA DE CONCLUSÃO TENDO EM VISTA A CONTRATAÇÃO DE “CLÁUSULA OPT OUT”.....	194
5. A EFETIVIDADE DA CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS POSTA À PROVA	202
5.1. PARA ALÉM DO ACESSO À JUSTIÇA AMPLIADO: TENSÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA DECISÃO INFORMADA E DA AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES.....	202
5.1.1. DESEQUILÍBRIO DE PODERES: FATOR RELEVANTE PARA A CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS E OBJETO DOS PRÓPRIOS MEIOS CONSENSUAIS	

5.1.1.1.MUDANÇA NA FORMA DE ATUAÇÃO DO TERCEIRO PARA LIDAR COM O DESEQUILÍBRIO DE PODERES DAS PARTES, EM VISTA DA PREVISÃO DO MEIO CONSENSUAL EM CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	210
5.1.1.1.1.SUPERADA A DISTINÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO?	211
5.1.1.2.CONCEITUAÇÃO LEGAL DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA NÃO OBSERVAÇÃO DA CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	221
5.2. INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA E DESINFORMAÇÃO PESSOAL: ESPECIAL TENSÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA DECISÃO INFORMADA E DA AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES EXPRESSADA EM CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	224
5.3. PAPEL TRANSFORMADOR DA ODR EM MATÉRIA DE DIREITO DO CONSUMIDOR: NEGOCIAÇÃO ONLINE COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE, INDEPENDENTEMENTE DE CONVENÇÃO DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS.....	233
CONCLUSÃO.....	251
REFERÊNCIAS	257

INTRODUÇÃO

“Todo texto deve ser compreendido em cada momento e em cada situação concreta de uma maneira nova e distinta. Está comprovada a insuficiência da ideologia estática da interpretação jurídica e do pensamento voltado à ‘vontade do legislador’. A realidade social é o presente; o presente é vida – e vida é movimento. O direito não é uma entidade estática.”

- Ada Pellegrini Grinover¹

Inicia-se o presente trabalho com trecho do último livro publicado por GRINOVER, em homenagem e porque esse bem resume a necessidade de utilização de um método de interpretação de normas, o método evolutivo – conforme indicado pela autora – que cuida do presente e da observação do direito como uma entidade dinâmica.

Ainda de acordo com os ensinamentos de GRINOVER, nota-se que o método de interpretação evolutiva foi aplicado ao princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional de modo que foi alcançada “a visão de um acesso à ordem jurídica justa e ao exercício de jurisdição, legitimado pela observância de diversos princípios constitucionais (expressos ou implícitos)”². Tal visão, contudo, quando ocorreu, não abrangeu os métodos adequados de resolução de conflitos, seu propósito era afastar ameaças a garantias processuais fundamentais, compreendendo o direito de ação como devido processo legal.

Assim, defendendo-se a extensão da interpretação evolutiva do princípio da inafastabilidade com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos processuais para uma *adequada* tutela dos conflitos, juntamente com a mudança de mentalidade da sociedade, chega-se à concepção de acesso à justiça como *acesso à ordem jurídica justa*³.

¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Ensaio sobre a processualidade**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, p. 114.

² Ibid, p. 115.

³ WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2019, p. XIII e 3.

Para WATANABE, não existe um verdadeiro acesso à justiça sem a inclusão dos denominados meios consensuais de resolução de conflitos⁴. Estes se caracterizam pela dimensão e incentivo da composição dos litigantes e, a depender das circunstâncias fáticas, são percebidos como critérios mais apropriados do que a sentença, uma vez que propiciam uma solução mais adequada à peculiaridade da demanda e às condições e necessidades das partes em conflito⁵.

Os meios consensuais, mais especificamente: negociação, mediação e conciliação, foram eleitos, em recorte metodológico, como componentes da convenção de resolução consensual de conflitos, ora principal objeto de estudo, e inserem-se na classificação dos chamados Meios Adequados de Solução de Conflitos, cujo acrônimo MASC foi traduzido, de maneira evolutiva e dentro da lógica de adequação da forma de resolução de conflitos ao caso concreto, a partir de ADR – *alternative dispute resolution*⁶.

A lógica em questão é resultante de um conceito que à época – a partir da década de 60, com a pesquisa “Projeto de Florença” e, da década de 70, com o evento “Pound Conference” – e até os dias atuais, tratando-se principalmente da realidade brasileira, mostrou-se inovador ao se contrapor ao formalismo do acesso à justiça e ao buscar o direcionamento de processos judiciais aos mais adequados meios de resolução de conflitos. Fala-se do conceito de Tribunal Multiportas que inaugurou discussão, estudo e aplicação prática dos MASCs tanto a nível internacional quanto nacional.

A nova ordem estabelecida pelo Tribunal Multiportas se tornou inevitável e define uma disposição das partes em conflito de se apropriarem deste, de o gerenciarem individualmente, sem se socorrerem de pronto ao aparelho estatal, que é o Poder Judiciário⁷. A disposição em questão também é promovida pelas diversas normativas e políticas públicas que aqui e alhures se observam e, afinal, traduz-se na convenção que as partes inserem em

⁴ “Sem a inclusão dos chamados meios consensuais de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação, não teremos um verdadeiro acesso à justiça. Certo é que, em algumas espécies de controvérsias, como já ficou mencionado, faltaria o requisito da adequação à solução dada pelo critério da adjudicação.” (WATANABE, 2019, p. 82).

⁵ WATANABE, 2019, p. 82.

⁶ LEE, Joel. **The evolving “A” in ADR**. Disponível em: <http://mediationblog.kluwerarbitration.com/2012/03/14/the-evolving-a-in-adr/>. Acesso em: 6 abr. 2019.

⁷ “Les modes alternatifs de règlement des conflits constituent désormais une réalité incontournable, tant au niveau national qu'international, dont l'enjeu, notamment économique, ne doit pas être sous-estimé. Cette inclination en faveur d'un mode de résolution amiable des différends caractérise cette volonté de se réapproprier et de gérer individuellement son conflit en s'efforçant de ne pas recourir à l'appareil étatique.” (HUCHET, Guillaume. **La clause de médiation**. Thèse pour le doctorat en droit – Faculté de Droit, Université Jean Moulin Lyon 3, Lyon, 2007, p. 16).

instrumento contratual, visando estabelecer, ao mesmo tempo, um meio consensual como MASC e um impedimento transitório de recurso à tutela jurisdicional adjudicatória.

A convenção de resolução consensual de conflitos se apresenta como um real desafio em termos de implementação dos meios consensuais⁸, o que justifica a sua escolha e importância como tema de estudo. A metodologia empregada na presente dissertação se refere aos seguintes métodos de pesquisa⁹: (i) dialético, pela análise e discussão de posições doutrinárias que convergem ou se contrapõem às considerações ora propostas; (ii) indutivo, uma vez que se preconiza a experimentação de uma resposta processual ao inadimplemento da convenção de resolução consensual de conflitos a partir de posições e classificações doutrinariamente defendidas e utilizadas; e (iii) comparatístico, ao se intentar estudo de direito comparado com relação aos efeitos contratuais e processuais das convenções de resolução de conflitos, bem como em relação à obrigatoriedade da mediação previamente ao ingresso em juízo.

Colocam-se os principais questionamentos relacionados à convenção de resolução consensual de conflitos que surgiram e que, enfim, permearam e direcionaram o escopo deste trabalho: tal forma de pactuação é reconhecida como uma previsão contratual válida, eficaz e exigível? É capaz de regular situações jurídicas processuais? É efetiva e capaz de obrigar os contratantes, evitando, ainda que momentaneamente, a resolução de conflitos por meios adjudicatórios?

As respostas são buscadas ao longo de cinco capítulos que, ao mesmo tempo, criam um pano de fundo para ponderações e apresentam as conclusões relacionadas aos meios consensuais e à forma de resolução consensual de conflitos prevista contratualmente, bem como, ao final, testam a própria efetividade desta.

⁸ Conforme bem pontuado por FALECK: “O debate produtivo, hoje em dia, talvez não orbite mais em torno da inquestionável eficácia dos métodos alternativos para a resolução de disputas. O real desafio é implementar tais métodos com criatividade e inteligência, conseguindo o comprometimento e o desenvolvimento de habilidades das partes envolvidas, para evitar gasto de recursos, tempo, energia emocional, deterioração dos relacionamentos e perda de oportunidades na resolução de disputas, bem como para permitir a maior participação dos interessados, para que estes atinjam seus objetivos, com maior satisfação com o processo e com os resultados.” (FALECK, Diego. Um passo adiante para resolver problemas complexos. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p. 272).

⁹ Considerando a classificação metodológica proposta por MARCHI (Cf. MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de Metodologia Jurídica**: teses, monografia e artigos. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 86-87).

O primeiro capítulo tem como propósito contextualizar o surgimento e desenvolvimento dos MASCs nos âmbitos internacional e doméstico, apresentar os meios consensuais, com destaque para a mediação, visto que é o meio comumente incentivado por normativas e políticas públicas direcionadas aos MASCs¹⁰ – fenômeno a ser observado nessa dissertação, notadamente quando estudada a tendência de se ampliar a caracterização dos meios autocompositivos indiretos e, ao mesmo tempo, a necessidade que se contrapõe de distingui-los –, como também definir o objeto de estudo.

Diante do contexto de promoção e incentivo dos MASCs e, sobretudo, dos meios consensuais, o segundo capítulo se propõe a estudar o papel relevante que a denominada justiça consensual ou conciliativa vem ganhando, o minissistema normativo identificado em torno desta, a partir de diretrizes e legislações nacionais relativas aos meios consensuais, bem como a concepção do acesso à ordem jurídica justa como norma fundamental do processo civil brasileiro. A expressão justiça consensual/conciliativa é utilizada por GRINOVER com base no conceito vanguardista de jurisdição que ela preconiza. Jurisdição não mais caracterizada como atividade, função e poder, mas, atividade, função e *garantia de acesso à justiça*, abarcando, portanto, a justiça consensual/conciliativa como espécie de jurisdição¹¹. As considerações resultantes dos temas ora indicados servirão de contexto especialmente para a questão da efetividade da convenção de resolução consensual de conflitos.

A partir do terceiro capítulo e tendo em vista as considerações resultantes dos capítulos anteriores com relação a todo um contexto de incentivo aos MASCs e da justiça consensual/conciliativa, passar-se-á a analisar a tipificação da convenção de resolução consensual de conflitos. Esta como um negócio jurídico processual sobre os meios consensuais, sendo que alguns exemplos desse tipo de negócio jurídico servirão como objetos de análise: (i) a transação; (ii) o compromisso; (iii) a “convenção de processo

¹⁰ Citam-se, por exemplo: (i) *Mediation Act* norte-americano, (ii) *Model Law on International Commercial Mediation and International Settlement Agreements Resulting from Mediation* da UNCITRAL, (iii) *United Nations Convention on International Settlement Agreements Resulting from Mediation* conhecida como Convenção de Cingapura, (iv) Diretiva 2008/52/CE do Parlamento da União Europeia; e, no âmbito doméstico: (v) Política Pública de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses instituída pela Resolução nº 125 do CNJ, (vi) Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, conhecida como Lei de Mediação, (vii) Lei Federal nº 13.867 de 26 de agosto de 2019, que possibilita a opção pela mediação ou arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade públicas, etc.

¹¹ GRINOVER, 2016, p. 7, 18 e 30.

participativo”¹²; (iv) a cláusula escalonada, que prevê a realização de um meio consensual em combinação com um meio adjudicatório, condicionando a realização deste posterior ou previamente àquele; (v) a convenção acerca das regras referentes à condução de procedimentos consensuais; e (vi) a “cláusula assimétrica” de resolução conflitos. Esta última tem a sua expressão forjada tendo em conta a sua pactuação a partir de uma relação jurídica com assimetria de poderes contratuais que determina que um MASC específico somente poderá ser realizado por uma das partes¹³.

O quarto capítulo se dedica a estudar os efeitos processuais da convenção de resolução consensual de conflitos, tendo em consideração o protagonismo assumido pela justiça consensual/conciliativa e toda uma mobilização empreendida em termos legais, institucionais e políticos a favor dos meios consensuais.

Dessa forma, serão analisados os possíveis efeitos processuais, negativo ou suspensivo, que decorrem da convenção de resolução consensual de conflitos. Aquele característico da concepção da realização da convenção de resolução consensual de conflitos como requisito de admissibilidade do processo judicial ou arbitral, referindo-se ao interesse de agir, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito; este, por sua vez, decorrente da compreensão da convenção de resolução consensual de conflitos como uma condição suspensiva processual, a fim de que as partes participem, ao menos, da primeira reunião do meio consensual. Os efeitos em referência, também tendo em conta a importância da redação clara e expressa da convenção de resolução consensual de conflitos, serão considerados face ao estudo de direito comparado que ora se intentou com relação aos regimes legais e às decisões dos tribunais da Inglaterra/País de Gales¹⁴, Cingapura e França.

¹² Conforme denominação adotada por CABRAL (Cf. CABRAL, Antonio do Passo; DA CUNHA, Leonardo Carneiro. Negociação direta ou resolução colaborativa de disputas (*collaborative law*). In: ZANETI Jr., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de resolução de conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 737).

¹³ A expressão encontra inspiração nas ponderações de ROPO acerca do paradigma dos “contratos assimétricos” (Cf. ROPO, Vincenzo. **Il Contratto del Duemila**. 3ª ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2011, p. 87-89).

¹⁴ Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia fazem parte do Reino Unido da Grã-Bretanha e, a despeito da união política entre os países, Irlanda do Norte e Escócia possuem as suas jurisdições legais independentes, com normativas próprias (“*The United Kingdom (the UK) has three separate legal systems: one each for England and Wales, Scotland and Northern Ireland. This reflects its historical origins. (...) England and Wales has a common law legal system, which has been established by the subject matter heard in earlier cases and so is the law created by judges. It originated during the reign of King Henry II (1154-89), when many local customary laws were replaced by new national ones, which applied to all and were thus ‘common to all’.* (...) *At present, as a result of EU legislation, many modern laws are applicable across the whole United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland but there can be differences (for example, in*

O estudo de direito comparado levou em consideração uma escolha metodológica dos três primeiros países referidos, como representantes de um mesmo sistema da *common law* (Cingapura tem o seu sistema jurídico baseado na *common law* inglesa), e um país representante do sistema da *civil law*, os quais se contrapõem também em relação ao entendimento dos efeitos processuais decorrentes da convenção de resolução consensual de conflitos, exemplificando a análise dos efeitos suspensivo e negativo, respectivamente.

Adianta-se que o presente trabalho assumirá uma posição eclética quanto aos efeitos processuais da convenção de resolução consensual de conflitos, isto é, defender-se-á que a realização do meio consensual previamente ao processo judicial ou arbitral, conforme pactuado pelas partes, constitui um requisito de admissibilidade do julgamento do mérito (interesse de agir), cujo efeito negativo, na hipótese de o requisito não ser atendido, é todavia postergado até que a parte autora novamente se quede inerte ou se recuse a participar em reunião do meio consensual durante o período suspensivo determinado pelo juiz/árbitro. Ou seja, buscando atender aos princípios de economia e eficiência processual, eventual extinção do processo, sem resolução do mérito por inexistência de interesse de agir do requerente, que desrespeitou o pacto convencionado quanto à realização do meio consensual, somente seria declarada após a nova tentativa de reunião entre as partes, momento durante o qual o processo judicial/arbitral estará suspenso, restar frustrada em razão da conduta recalcitrante do requerente.

Também será estudada a contratação de “cláusula *opt out*”, que se refere à convenção que excetua a obrigatoriedade legal de realização da mediação ou da conciliação quando do ingresso em juízo, levando-se em consideração a coerência desse tipo de negócio jurídico processual diante da conjuntura de estímulo ao uso dos meios consensuais no âmbito judicial, a característica de *quase-obrigatoriedade* da mediação/conciliação processual determinada pelo Código de Processo Civil e, uma vez mais, as experiências jurídicas de países estrangeiros (no caso, Itália, Inglaterra/País de Gales e França¹⁵).

property law where the law of Scotland resembles civil systems more than English law).” RAB, Suzanne. **Legal systems in the UK (England and Wales): overview.** Disponível em: <[https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-636-2498?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a412956](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-636-2498?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a412956)>. Acesso em: 12 set. 2019). Assim, o estudo de direito comparado envolvendo países britânicos referir-se-á ao entendimento jurisprudencial firmado pelos tribunais da Inglaterra e País de Gales e ao regime legal único aplicável a estes países.

¹⁵ A escolha metodológica de estudo de direito comparado se pautou nos diferentes “graus de obrigatoriedade” de realização da mediação previamente ao ingresso em juízo nos países indicados, tendo em vista a classificação proposta por QUEK, com uma escala de 1 a 5, sendo que: (i) 1º grau de obrigatoriedade se refere a “*Categorical or discretionary referral (with no sanctions for refusal)*”; (ii) 2º grau se refere a “*Requirement*

Por fim, no quinto capítulo, a convenção de resolução consensual de conflitos e, em especial, a sua efetividade serão colocadas à prova, tendo em vista a legítima preocupação que surge a partir da tensão entre os princípios informadores dos meios consensuais: a autonomia da vontade das partes e a decisão informada ante a necessidade de se lidar com a desigualdade de poderes e vulnerabilidades dos participantes dos meios consensuais. Inclusive, em matéria de direito do consumidor, serão discutidas particularidades que se observam quanto ao meio consensual da negociação como uma ODR, quer dizer-se, a negociação transformada pela tecnologia, que passou a ser imposta como requisito de admissibilidade do julgamento do mérito por alguns tribunais brasileiros, independentemente da celebração de convenção de resolução consensual de conflitos pelo consumidor e pelo fornecedor.

Em resumo, o que se almejou com o presente trabalho, ao longo de seus cinco capítulos, foi avaliar uma predisposição da sociedade quanto à resolução consensual de conflitos, quanto à efetivação dos meios consensuais por meio de uma convenção contratualmente estabelecida, propondo-se para tanto conceitos e instrumentos processuais que fundamentem a força vinculante da convenção de resolução consensual de conflitos.

Não se ignora a grande dificuldade que se impõe com relação à mudança de mentalidade e cultura social – de uma cultura de sentença para uma cultura de pacificação¹⁶ – que, não surpreendentemente, pode gerar resistência quanto à aceitação da força vinculante da convenção de resolução consensual de conflitos por magistrados, árbitros e pelas próprias partes contratantes. Contudo, espera-se que o presente trabalho possa iluminar possíveis caminhos que fundamentem a efetivação da convenção de resolução consensual de conflitos e, em última instância, a dinamicidade da vida refletida em arranjos contratuais com efeitos

to attend mediation orientation session or case conference to explore mediation”; (iii) 3º grau se refere a “‘Soft’ sanctions (making mediation a prerequisite for filing a case or obtaining legal aid; imposing cost sanctions for unreasonable refusal to mediate, etc.)”; 4º grau se refere a “*Opt-out scheme (compulsory discretionary or categorical mediation with provision to be exempted)*”; e 5º grau se refere a “‘No exemptions’ (Categorical or discretionary referral with sanctions for non-compliance)” (QUEK, Dorcas. Mandatory mediation: an oxymoron? Examining the feasibility of implementing a court-mandated mediation program. In: **Cardozo Journal of Conflict Resolution**, vol. 11, 2010, p. 488-490). Itália possui um regime legal relativo à obrigatoriedade da mediação judicial no grau máximo, Inglaterra e País de Gales possuem um regime legal que se caracteriza como o 3º grau de obrigatoriedade da mediação, já França possui um regime legal relativo à mediação que, de modo geral, envolvendo matérias cível e comercial, caracteriza-se pelo menor grau na escala sugerida por QUEK.

¹⁶ WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de. **Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover**. São Paulo: DPJ, 2005, p. 684-690 e Id., 2019, p. 75-79.

processuais que garantem o acesso à ordem jurídica justa e que as normas precisam acompanhar.

CONCLUSÃO

A convenção de resolução consensual de conflitos é fruto do conceito de Tribunal Multiportas, que surgiu em resposta à crise de desempenho da justiça formal e veio acompanhado da concepção de *alternative dispute resolution*, cujo acrônimo ADR foi traduzido para o português como MASC (meio alternativo de solução de conflitos que, conforme visto, evoluiu para meio adequado de solução de conflitos e, num contexto de práticas colaborativas, distingue-se como meio amigável). Independentemente da percepção dos meios de resolução de conflitos como alternativos, adequados ou amigáveis, neles estão sempre inseridos os meios consensuais, compreendidos como aqueles cuja finalidade é predispor a realização de acordo pelas partes, conforme ensinamentos de SALLES⁶⁵⁹.

Os meios consensuais da negociação, da mediação e da conciliação foram escolhidos como componentes da convenção de resolução consensual de conflitos, objeto de estudo do presente trabalho. Foi-se analisado um quadro normativo, também a nível internacional, bem como de políticas públicas domésticas, voltado à promoção dos meios consensuais. Com relação ao Brasil, constatou-se um minissistema de justiça consensual respaldado na garantia do amplo e adequado acesso à Justiça, considerando-se, inclusive, novo conceito de jurisdição, abarcando a justiça consensual/conciliativa, conforme preconizado por GRINOVER⁶⁶⁰.

Todas as discussões relativas a tal quadro de incentivo aos meios consensuais servem de contexto e fundamento para as ponderações apresentadas ao longo do trabalho, especialmente com relação à efetividade da convenção de resolução consensual de conflitos. Resumem-se as principais constatações e conclusões:

1. A convenção de resolução consensual de conflitos constitui negócio jurídico processual embasado na declaração de vontade apta a escolher a categoria jurídica e a estruturar o conteúdo eficaz direcionado a situações jurídicas processuais.
2. Foram analisados alguns exemplos de negócios jurídicos processuais válidos e eficazes: a transação, o compromisso, a “convenção de processo participativo”,

⁶⁵⁹ SALLES, 2011, p. 172-173.

⁶⁶⁰ GRINOVER, 2016, p. 18 e 65.

a cláusula escalonada e outros possíveis negócios jurídicos processuais relativos aos meios consensuais, particularmente, a denominada cláusula assimétrica que determina a realização do meio consensual ou de outros MASCs exclusivamente por uma das partes.

3. Com relação ao efeito processual da convenção de resolução consensual de conflitos, no que se refere ao impedimento transitório da tutela jurisdicional adjudicatória, de modo simplificado, entende-se que três podem ser as respostas dadas pelo Poder Judiciário ou competente tribunal arbitral. A primeira delas, a qual pode ser percebida como decorrência da própria atitude dos tribunais estatais de desconsiderarem a normativa legal que prevê a obrigatoriedade de realização da mediação/conciliação processual antes de se seguir com o processo, refere-se à simples atitude de ignorar a convenção de resolução consensual de conflitos, de não questionar o imediato recurso ao meio heterocompositivo. As duas outras possíveis respostas seriam a extinção do processo (judicial ou arbitral), sem resolução do mérito, ou a sua suspensão.
4. Com relação às duas respostas processuais, apresentou-se neste trabalho proposição que almeja compatibilizá-las. Em vista da relevância do interesse de agir, como requisito condicionante de legítimo exercício do direito processual de ação, compreende-se que a ausência de tentativa prévia de realização do meio consensual, conforme pactuado pelas partes, deixa de preencher requisito de admissibilidade do julgamento do mérito. Contudo, visando evitar uma resposta processual demasiadamente desproporcional com a declaração imediata de extinção do processo, sem resolução do mérito, a qual implica a desconsideração de atos e custas procedimentais, defende-se a postergação do efeito negativo decorrente da inexistência do interesse de agir. Assim, propõe-se que eventual descumprimento da convenção de resolução consensual de conflitos, uma vez verificado “*in statu assertionis*” pelo juiz, à luz das informações trazidas na petição inicial, ou conforme alegado pela parte irredimível, deverá gerar a suspensão temporária do processo para que as partes intentem o meio consensual, sob pena de, neste segundo momento, mantendo-se o autor inerte, o processo seja extinto, sem julgamento do mérito. Outrossim, porquanto a tentativa de realização do meio consensual durante o período suspensivo determinado pelo juiz/árbitro reste intentada pelas partes, a sua conduta estará sujeita à aplicação de penalidades em termos de lealdade

processual (entende-se que tal consideração também é aplicável à hipótese de tentativa do meio consensual durante período suspensivo do processo judicial/arbitral, conforme determinado por convenção de resolução consensual de conflitos que preveja a realização do meio consensual incidentalmente ao processo adjudicatório).

5. A imprescindibilidade de se observar requisitos legalmente previstos para o exercício do direito processual de ação – como técnica de filtragem do interesse de agir⁶⁶¹ – é reconhecida como medida legítima que atende ao binômio “necessidade-adequação” diante da utilidade do processo. O caminho de extrema flexibilização dos requisitos, malgrado aparente resguardar a garantia constitucional de acesso à justiça e a economia processual, em realidade, reafirma a cultura de litigiosidade. Cultura esta que, contraditoriamente, é desgastada pela dificuldade de acesso aos tribunais por uma parcela da população que é afligida pelas mais diversas vulnerabilidades.
6. Assim, o que se propugna é que pretensões que não demonstrem interesse processual sejam filtradas pelo judiciário/tribunal arbitral – determinando-se a suspensão processual e eventual extinção do processo, sem julgamento do mérito, na hipótese de o autor se manter inerte quanto à nova tentativa de realização do meio consensual. O filtro em questão independe de *lege ferenda*, da criação de novas condições da ação ou novos pressupostos processuais. Entende-se que a aplicação de regras processuais, com base nos requisitos de admissibilidade do julgamento do mérito previstos legalmente, depende tão somente de uma cognição sumária dos fatos narrados pelo autor ou da contestação do réu e, se necessário, de ponderação da conduta das partes em atendimento à lealdade processual.
7. Para fins de verossimilhança da narrativa do autor da ação ou da contestação do réu, é preciso verificar se a convenção de resolução consensual de conflitos prevê de maneira expressa e clara os seus efeitos processuais. A declaração de vontade das partes apta a condicionar o direito processual de ação não pode ser dúvida, o que reforça a importância da adequada redação da convenção de resolução consensual de conflitos.

⁶⁶¹ COSTA, 2017, p. 284-285.

8. Após o juízo de cognição sumária quanto à ausência de tentativa de realização do meio consensual ou de manifestação da parte irresignada, cabe ao juiz/árbitro encaminhar as partes à primeira reunião de mediação/conciliação/negociação e alertá-las quanto à aplicação de eventual penalidade contratual ou legal relativa à ausência na reunião ou, ainda, de condenação nas penas de litigância de má-fé e outras consequências processuais relacionadas ao desestímulo do uso prematuro e, por vezes, indevido do meio adjudicatório.
9. Na hipótese, contudo, de uma das partes descumprir expressa convenção de resolução consensual de conflitos ao ingressar diretamente com ação judicial ou iniciar procedimento arbitral, de a parte irresignada fundamentadamente se opor e o juiz/árbitro não declarar a inexistência de interesse de agir do autor, seguindo-se o processo à fase de prolação de sentença, faculta à parte irresignada interpor recurso contra a sentença ou iniciar ação judicial anulatória de sentença arbitral.
10. Defende-se, ainda, que, de forma a afastar o efeito negativo postergado decorrente da convenção de resolução consensual de conflitos, conforme e a partir da contestação do réu, na hipótese de o autor compreender que o requisito de admissibilidade do julgamento do mérito foi atendido, deverá este comprovar que convidou aquele para participar da primeira reunião do procedimento consensual ou que aquele declinou o convite ou não compareceu ao encontro, para fins de se seguir com o processo judicial/arbitral. Ressalta-se, todavia, que, mantendo-se o réu silente diante de alegação desvirtuada do autor quanto ao seu interesse de agir, a convenção de resolução consensual de conflitos restará tacitamente distratada.
11. Nada impede que o juiz/tribunal arbitral questione as partes sobre a viabilidade de uma nova tentativa de realização do meio consensual no início ou ao longo do processo – a ação do tempo pode ser transformadora para o conflito e o relacionamento das partes.
12. Em matéria de direito do consumidor, magistrados das regiões sul, sudeste e nordeste do país consideraram que a realização de negociação em ambiente e conforme procedimento propiciados pela ODR constitui requisito de admissibilidade do julgamento do mérito, independentemente de previsão contratual que cristalize a vontade das partes de intentarem o meio consensual. Observa-se que existe um poder transformador da ODR sobre o procedimento

de negociação. Este previsto contratualmente como um meio de resolução tradicional de conflitos, muitas vezes, sequer é observado pelos magistrados como um MASC ou etapa obrigatória da cláusula escalonada, enquanto a negociação transformada pela tecnologia já foi imposta ao consumidor como requisito de admissibilidade do julgamento do mérito, cujo efeito negativo é postergado até que a negociação com o fornecedor em plataforma digital de resolução de conflitos disponibilizada pelo governo federal não seja tentada.

13. É preciso atentar-se para situações de vulnerabilidade que podem ser observadas na prática quando as partes decidem por afastar, transitoriamente, o meio adjudicatório (ou quando a elas são impostas a realização do meio consensual, como reflexo de uma política de desjudicialização das demandas consumeristas), em especial se o meio de resolução de disputas é imperiosamente facilitado ou modificado pela tecnologia. A vulnerabilidade econômica, desde que relacionada à vulnerabilidade informacional, pode representar uma causa de nulidade do negócio jurídico processual. Nesse caso, é esperado que a parte vulnerável se manifeste sobre e comprove os prejuízos processuais. As vulnerabilidades econômica e de informação ganham relevância quando a parte não possui acesso à tecnologia da plataforma de resolução de disputas ou não possui informações suficientes acerca do funcionamento desta e do procedimento de negociação *online*, por exemplo, podendo constituir verdadeiro obstáculo ao acesso à justiça para o consumidor.
14. Ao se considerar uma postura judicial difundida de desjudicialização de demandas, sejam as demandas consumeristas ou envolvendo outras matérias, é preciso considerar que o direito de acesso à justiça, à ordem jurídica justa deve ser efetivado e assegurado pelos instrumentos processuais que permitem a realização dos mais diversos direitos, não somente numa perspectiva processualista de aplicação de condicionantes do direito de ação, mas também, como bem ensina WATANABE⁶⁶², diante das reais necessidades da população que, na sua maioria, é carente de informação, meios financeiros e conhecimento dos seus próprios direitos.

⁶⁶² WATANABE, 2019, p. 8.

Está-se diante, portanto e afinal, de uma dificuldade de conscientização da sociedade que é também uma das grandes barreiras que se impõem à efetivação dos meios consensuais no Brasil, a despeito de haver previsão legal da quase-obrigatoriedade da mediação/conciliação processual – vez que a sua realização depende de direitos transacionáveis e da não rejeição de ambas as partes –, e de haver tantos outros instrumentos normativos que buscam promovê-los. Não é de se espantar que essa barreira de conscientização social se estenda à aceitação da força vinculante da convenção de resolução consensual de conflitos por magistrados, árbitros e pelas próprias partes contratantes. Circunstância esta que se ambicionou enfrentar e responder ao se considerar os efeitos processuais da convenção de resolução consensual de conflitos.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; SANTOS, José Carlos Van Cleef de Almeida. Seção III: do indeferimento da Petição Inicial. Artigo 330. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al.* **Breves comentários ao novo código de processo civil**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 927-941.

ABI-CHAHINE, Paula Aparecida. **O problema da litigiosidade de massa**: análise crítica acerca das técnicas que conferem repercussão coletiva ao julgamento de demandas individuais. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

ALEXANDER, Nadja. **A Convention on the enforcement of iMSAs AND a new Model Law**. Kluwer Mediation Blog, 2018 Disponível em: <<http://mediationblog.kluwerarbitration.com/2018/03/16/convention-enforcement-imsas-new-model-law/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tania; CRESPO, Mariana Hernandez (Org). **Tribunal Multiportas**: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ALMEIDA, Tânia. **Mediação e Conciliação**: duas práticas distintas, dois paradigmas diversos. Red de Trabajo para Diálogos Productivos, 2015. Disponível em: <<http://www.dialogosproductivos.net/img/descargas/64/mimediaao-e-conciliaao.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

ALVARÉZ, Gladys Stella. **La medición y el acceso a justicia**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2003.

ANDREWS, Neil. Arbitration and Mediation in England. **Revista de Processo**, vol. 34, n. 175, p. 107-129, 2009.

ANDREWS, Neil. **O moderno processo civil**: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009a.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Apresentação. In: GROSMAN, Claudia Frankel, MANDELBAUM, Helena Gurfinkel. (Orgs.). **Mediação no judiciário**: teoria na prática e prática na teoria. São Paulo: Primavera^a editorial, 2011.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Mediação e ^a educação. **Revista de arbitragem e mediação**, vol. 7, n. 24, p. 17-25, 2013.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **Ordem pública e processo**: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2011.

ARBIX, Daniel do Amaral. **Resolução online de controvérsias**. São Paulo: Ed. Intelecto, 2017.

ASFAR-CAZENAVE, Caroline. La médiation em France. In: BLOHORN-BRENNEUR, Béatrice; BACQUÉ, Myriam (Org.). **Médiation obligatoire ou volontaire** – quelles réformes pour quels enjeux? Paris: L’Hamattan, 2018, p. 16-25.

ASPERTI, Maria Cecília de Araujo. **Meios consensuais de resolução de disputas repetitivas**: a conciliação, a mediação e os grandes litigantes do Judiciário. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ASTOR, Hilary. Mediator neutrality: making sense of theory and practice. **Social and Legal Studies**, vol. 16, n. 2, p. 221-239, 2007.

AZEVEDO, André Gomma (Org.). **Manual de mediação judicial**. Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2009.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 4ª ed, São Paulo: Saraiva, 2002.

BACELLAR, Roberto Portugal. A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos. In: **Revista de Processo**, vol. 95, p. 122-134, 1999.

BAYLIS, Claire; CARROLL, Robyn. Power issues in mediation. In: **ADR Bulletin**, vol. 7, n. 8, p. 133-139, 2005.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**: influência do direito material sobre o processo. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Pressupostos processuais e condições da ação. In: **Revista Justitia**, nº 156, p. 48-66, 1991,

BEER, Veronica; CARUSO, Silvia. A nova legislação italiana em matéria de mediação civil e comercial. **Revista de Arbitragem e Mediação**, vol. 25, p. 179-183, 2010.

BERGAMASCHI, André Luís. **A resolução dos conflitos envolvendo a Administração Pública por meio de mecanismos consensuais**. 2015. 290 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BERGER, Klaus Peter. **Private Dispute Resolution in International Business**: Negotiation, Mediation, Arbitration. 3ª ed., Kluwer Law International, 2015.

BIARELLA, Laura. **Mediazione civile dopo il decreto del fare**: i chiarimenti del Ministero. Disponível em: <<https://www.altalex.com/documents/leggi/2013/12/04/mediazione-civile-dopo-il-decreto-del-fare-i-chiarimenti-del-ministero>>. Acesso em 22 nov. 2019.

BLANKLEY, Kristen M. Agreeing to Collaborate in Advance. In: **Ohio State Journal on Dispute Resolution**, vol. 32, n. 4, p. 559-608, 2017.

BLOCK, Guy. La sanction attachée au non-respect d'une clause de conciliation ou de médiation obligatoire. In: *Liber amicorum en l'honneur de Raymond Martin*. Bruxelas: Bruylant, 2004, p.69-84.

BLOHORN-BRENNEUR, Béatrice (Org.). **Conciliation et médiation commerciales** : domaines d'application et droit comparé. Paris : L'Hamattan, 2013.

BLOHORN-BRENNEUR, Béatrice; BACQUÉ, Myriam (Org.). **Médiation obligatoire ou volontaire** : quelles réformes pour quels enjeux? Paris: L'Hamattan, 2018.

BRAGA NETO, Adolfo. Alguns aspectos relevantes sobre a mediação de conflitos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). **Mediação e gerenciamento do processo**: revolução na prestação jurisdicional. São Paulo: Atlas, 2007, 6.3-70.

BRAGA NETO, Adolfo; SALES, Lilia Maia de Moraes. (Org.). **Aspectos atuais sobre a mediação e outros métodos extra judiciais de resolução de conflitos**. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2012.

BRAGA NETO, Adolfo; Mediação de conflitos: conceito e técnicas. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p. 149-171.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRAGA NETO, Adolfo. Reflexões sobre a conciliação e a mediação de conflitos. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). **As transformações do processo civil brasileiro** – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 487-508.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Manual de Mediação Judicial**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Analítico Propositivo** – Justiça Pesquisa “Mediação e Conciliação Avaliadas Empiricamente – Jurimetria para Proposição de Ações Eficientes”. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/e1d2138e482686bc5b66d18f0b0f4b16.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Plenário. RE nº 631240/MG. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 10 nov. 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7168938>> 4>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Plenário. RE nº 839.353/MA. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 9 fev. 2015. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25355116/recurso-extraordinario-re-839353-ma-stf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Plenário. Se-Agr/EP - Espanha nº 5206. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 30 abr. 2004. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=3458894>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Plenário. Recurso Especial nº 1.785.783. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/12/8F7240D5CD5B56_acordao2clausulaarbitral.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. Recurso Especial nº 18942-SP. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 29 jun. 1992. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/484086350/recurso-especial-resp-1332766-sp-2012-0135287-0/inteiro-teor-484086369>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Seção da 7ª Câmara Cível. Apelação nº 1668801-0. **Diário da Justiça do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 22 ago. 2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/consultaprocessual/publico/b2grau/consultaPublica.do?tjpr.url.crypt=8a6c53f8698c7ff72d6c5e2eb4a83ec933a1dea187afdfd2e7a90266413c0a62r>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 9ª Câmara Cível. Apelação nº 0306566-86.2017.8.21.7000. **Diário da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=procr>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 6ª Turma Cível. Agravo de Instrumento nº 1.0000.16.053504-3/001. **Diário da Justiça do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 52 out. 2016. Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/andamento-processual/#.XiAjXSN7mHs>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Seção da 7ª Câmara Civil. Apelação nº 1010108-93.2018.8.26.0405. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, SP, 21 out. 2019. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/processos/190137500/processo-n-1010108-93201882-60405-do-tjspr>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 9ª Câmara de Direito Privado. 1011849-60.2016.8.26.0011. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, SP, 11 dez. 2018. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirPastaProcessoDigital.do?origemDocumento=P&nuProcesso=1011849-60.2016.8.26.0011>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 16ª Câmara de Direito Privado. 1049844-66.2018.8.26.0002. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, SP, 9 set. 2019. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirPastaProcessoDigital.do?origemDocumento=P&nuProcesso=1049844-66.2018.8.26.0002>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 37ª Câmara de Direito Privado. Apelação Cível nº 1033768-64.2018.8.26.0002. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, SP, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirPastaProcessoDigital.do?origemDocumento=P&nuProcesso=1033768-64.2018.8.26.0002>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 11ª Câmara de Direito Privado. Apelação Cível nº 1008298-28.2018.8.26.0003. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, SP, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirPastaProcessoDigital.do?origemDocumento=P&nuProcesso=1008298-28.2018.8.26.0003>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1ª Turma Cível. Apelação nº 0706696-12.2018.8.07.0001. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=0df62bd3faa6c32f254e6c36ed355c6858ff75beac85adc1>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 6ª Turma Cível. 0041111-67.2015.8.07.0001. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 23 maio. 2017. Disponível em: <https://cacheinternet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil?NXTPGM=plhtml02&MGWLPN=SERVIDOR1&submit=Consultar&SELECAO=1&CHAVE=004111167.2015.8.07.0001&ORIGEM=INTER>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. 20ª Câmara Cível. Agravo de Instrumento nº 0054408-77.2016.8.19.0000. **Diário da Justiça do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 6 mar. 2017. Disponível em: <http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=000466CC373D20603D3D9576A42D25D5671BC5060C275A1C&USER=>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. 15ª Câmara Cível. Agravo de Instrumento nº 0005840-93.2017.8.19.0000. **Diário da Justiça do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 6 mar. 2017. Disponível em: <http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=000438645AF51770B4603E641EC91431FFAFC5060B4E2D55>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRUNAUX, Geoffray. La médiation de consommation. Um nouveau mode de règlement des différends à s'approprier. In: BLOHORN-BRENNEUR, Béatrice; BACQUÉ, Myriam (Org.). **Médiation obligatoire ou volontaire** – quelles réformes pour quels enjeux? Paris: L'Hamattan, 2018, p 146-150.

BÜHRING-UHLE, Christian; KIRCHHOFF, Lars; SCHERER, Gabriele. **Arbitration and mediation in international business**. 2ª ed. Holanda: Kluwer Law International, 2006.

BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. **The promise of mediation: the transformative approach to conflict**. San Francisco: Jossey Bass, 2005.

BUZZI, Marco Aurélio Gastaldi. A audiência do artigo 334 do CPC e o princípio da cooperação. In: RODAS, João Grandino; et al (Cord.). **Visão Multidisciplinar das Soluções de Conflitos no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 22-29.

CABRAL, Antonio do Passo; DA CUNHA, Leonardo Carneiro. Negociação direta ou resolução colaborativa de disputas (*collaborative law*). In: ZANETI Jr., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de resolução de conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 725-740.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CÂMARA, Helder Moroni. **Negócios jurídicos processuais: condições, elementos e limites**. São Paulo: Almedina, 2018.

CAPOZZOLI, Adriana. Mediazione: la Cassazione interviene sulla condizione di procedibilità: un'occasione mancata! Disponível em: <<https://www.altalex.com/documents/news/2019/04/01/mediazione>>. Acesso em: 6 set. 2019.

CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de resolução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. São Paulo: **Revista de Processo**, v. 9, n. 74, p. 82-97, 1994.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARMONA, Carlos Alberto. A crise do processo e os meios alternativos para a solução de controvérsias. In: **Revista de Processo**. v.14. n.56. p.91-99, 1989.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo: um comentário à Lei Nº 9.307/96**. São Paulo: Atlas, 3ª ed., 2009.

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Lejus, 1999.

CHERN, Caryl. **Chern on dispute boards**. Reino Unido: Blackwell Publishing, 2008.

CHIESI FILHO, Humberto. **Um novo paradigma de acesso à justiça: autocomposição como método de solução de controvérsias e caracterização do interesse processual**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Trad. Paolo Capitanio. 1ª ed., Campinas: Bookseller, v. 2.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido. Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do Processo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

COBB, Sara. Resolución de conflictos: Una nueva perspectiva. In: **Acta Psiquiátrica & Psicológica de America Latina**, n. 37, p. 31-36, 1991.

COLLINS, Forrest. **What is the Disqualification Provision?** Disponível em: <<https://www.keepoutofcourt.com/what-is-the-disqualification-provision/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

COSTA, Marina Mendes. Comentários ao Laudo Final proferido em 27 de janeiro de 2000 no procedimento CCI nº 10.551. **Revista Brasileira de Arbitragem**, v. 1, p. 144-157, 2004.

COSTA, Susana Henriques da. **Condições da Ação**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

COSTA, Susana Henriques da. Da Jurisdição e da Ação. Arts. 16 a 20. In: BUENO, Cassio Scarpinella (org.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017, v. 1, p. 268-307.

COUTINHO, Eutália Maciel. Configurações de Poder em Mediação. In: RODAS, João Grandino (Cord.). **Visão Multidisciplinar das Soluções de Conflitos no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Novo Código de Processo Civil introduz a audiência de conciliação ou mediação**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-26/paradoxo-corte-cpc-introduz-audiencia-conciliacao-ou-mediacao>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

DAVIS, Albie M.; SALEM, Richard. Dealing with Power Imbalance in the Mediation of Interpersonal Disputes. In: **Mediation Quarterly**, n. 6, San Francisco: Jossey-Bass, p. 17-26, 1984.

DELGADO, José Augusto. **A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29798-29814-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

DELGADO, José Augusto. Constitucionalidade da mediação. In: DELGADO, José Augusto *et al.* **Mediação: um projeto inovador**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2003.

DEMARCHI, Juliana. **Mediação: proposta de implementação no processo civil brasileiro**. 2007. 317 f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIAS, Eduardo Machado. A cláusula de mediação nos contratos de adesão em relações de consumo. In: **Revista dos Tribunais**, v. 106, n. 979, 2017, p. 351-370.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. 21ª ed. Bahia: Editora JusPodivm, 2019, v. 1.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Negócios Jurídicos Processuais Atípicos no CPC-2015. In: MARCATO, Ana *et al.* **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2017.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições e Direito Processual Civil**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017, v. 1.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições e Direito Processual Civil**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017, v. 2.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Novo Processo Civil**. São Paulo: Malheiros, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Tutela jurisdicional, fundamentos do processo civil moderno**, t. II, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Teoria geral do direito civil, vol. 1, 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

D'URSO, Leonardo. Italy's 'Required Initial Mediation Session': Bridging the gap between mandatory and voluntary mediation. In: **Alternatives - The Newsletter of the International Institute for Conflict Prevention & Resolution**, v. 36, 2018, p. 56-58.

ERICSON, Helena Tavares. **A evolução da resolução dos conflitos empresariais**: uma visão internacional. Palestra proferida em Fraga, Bekierman & Pacheco Neto Advogados Associados, São Paulo, 2012.

FALECK, Diego. Introdução ao *Design* de Sistemas de Disputas: Câmara de Indenização 3054. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**, v. 6, n. 23, São Paulo: IOB, 2009, p. 7-33.

FALECK, Diego. Um passo adiante para resolver problemas complexos. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p. 73-90.

FERNANDES, Renata Assalim. **Negócios jurídicos processuais no novo CPC** – o que pode? Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258990,71043-Negocios+juridicos+processuais+no+novo+CPC+o+que+pode>>. Acesso em: 10 set. 2019.

FERRAND, Frédérique. **La médiation civile en droit compare : les exemples allemand et autrichien**. In : Revue internationale de droit comparé. Vol. 61, nº 2(1), 2009.

FERRARI NETO, Luiz Antonio. **Incidente de resolução de demandas repetitivas**: meios de uniformização da jurisprudência no Direito Processual Civil Brasileiro. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. A Metodologia no Exame do Trinômio Processual: Pressupostos Processuais, Condições da Ação e Mérito da Causa. In: **Revista de Processo**, vol. 72, p. 335-347, 1993.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In**. 2ª. ed. New York: Penguin Books, 1991.

FISS, Owen M. Against Settlement. In: **The Yale Law Journal**. New Haven, vol. 93, nº 6, 1984.

FONSECA, Pedro Paulo Corino da. **Mediação nas relações econômicas internacionais privadas**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

FRIEDRICH, Fabian M. The enforceability of mediation clauses – The approach of English and German courts and ICC arbitral tribunals. In: RISSE, Jörg *et al.* **SchiedsVZ**. German Arbitration Journal, vol. 3, 2005, p. 250-254.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross (Org.). **Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário: uma análise empírica**. São Paulo: Saraiva, 2012

GABBAY, Daniela Monteiro. **Mediação e judiciário: condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos**. 2011. 274 f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GABBAY, Daniela Monteiro. **Mediação & Judiciário no Brasil e nos EUA**. Condições, desafios e limites para a institucionalização da mediação no Judiciário. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GABBAY, Daniela Monteiro; TAKAHASHI, Bruno. (Org.). **Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

GABBAY, Daniela Monteiro. Negociação. In: RICHA, Morgana de Almeida; PELUSO, Antonio Cezar (Coord.); GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Colab.). **Conciliação e Mediação: estruturação da Política Judiciária Nacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 211-228.

GALANTER, Marc. Acesso à justiça em um mundo de capacidade social em expansão. Tradução: João Eberhardt Francisco, Maria Cecília de Araújo Asperti e Susana Henriques da Costa. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, ABraSD, v. 2, n. 1, p. 37-49, jan./jun., 2015.

GALANTER, Marc. Why the “Haves” come out ahead: speculations on the limits of legal change. **Law and Society Review**, v. 9, n. 1, p. 95-160, 1974.

GALANTER, Marc. Compared to what? Assessing the quality of dispute processing. In: **Denver University Law Review**, v. 66, n. 3, p. xi-xiv, 1989.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca, ROMANO, Michel Betenjane; LUCHIARI, Valéria Ferioli Lagrasta. O gerenciamento do processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. **Mediação e gerenciamento do processo**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 18-34.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; **Novo CPC: vale apostar na mediação/conciliação? Os riscos para a audiência inaugural “quase obrigatória”**. Disponível em: <https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/novo-cpc-vale-apostar-na-conciliacaomediacao-26012015>. Acesso em: 3 set. 2019.

GEVARTOSKY, Hannah. A realização de audiência de mediação/conciliação *initio litis* no Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, v. 260, out. 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.260.15.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GIANNINI, Leandro J. Mediación, paternalismo e incentivos (la experiencia de la mediación obligatoria en Argentina). In: **Revista de Processo**, v. 39, n. 228, p. 379-405, 2014.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984

GONÇALVES, Caroline Visentini Ferreira; MARQUES, Ricardo Dalmaso. **Acesso à ordem jurídica justa nas relações de consumo e a tecnologia**. Disponível em: <https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/acesso-a-ordem-juridica-justa-nas-relacoes-de-consumo-e-a-tecnologia-15032019>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GOUVEIA FILHO, Carlos Roberto; TEIXEIRA JR., Jaldemiro Rodrigues de Ataíde. Comentários ao artigo 190. In: CÂMARA, Helder Moroni (Coord.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2016, p. 301-317.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Ensaio sobre a processualidade**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O minissistema brasileiro de Justiça consensual: compatibilidades e incompatibilidades. In: **Publicações da Escola AGU**, v. 8, n. 1, p. 15-36, jan/mar, 2016a.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC. In: **O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas**. GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* São Paulo: Atlas, 2015, p.1-21.

GROSMAN, Claudia F.; MANDELBAUM, Helena G. (Orgs.). **Mediação no judiciário: teoria na prática e prática na teoria**. São Paulo: Primavera^a editorial, 2011.

GUERRERO, Luis Fernando. Convenção de Arbitragem e Processo Arbitral. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p. 179-205.

GUERRERO, Luis Fernando. **Os métodos de solução de conflitos e o processo civil**. São Paulo: Atlas, 2015.

GUINCHARD, Serge *et al.* **Droit processuel** – droits fondamentaux du procès. Paris: Dalloz, 10^a ed, 2019.

HUCHET, Guillaume. **La clause de médiation**. Thèse pour le doctorat en droit – Faculté de Droit, Université Jean Moulin Lyon 3, Lyon, 2007.

IGNAT, Claudiu Florinel Augustin. **Mediation Clause in Commercial Contracts (the Advantages of Mediation Clause in Commercial Contracts)**. 2 Persp. Bus. L.J. 113, 2013.

ISOLDI, Ana Luiza (Coord.). **Principais aspectos relacionados à chamada cláusula escalonada também conhecida por cláusula med-arb, no que toca o mecanismo da mediação**. Grupo de Estudos de Mediação Empresarial Privada do Comitê Brasileiro de Arbitragem GEMEP/CBAr, 2012. Disponível em: <http://www.cbar.org.br/PDF/Artigo_1_Clausula_Escalonada_out-2012.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

KATSH, Ethan. Online Dispute Resolution. In: MOFFITT, Michael L.; BORDONE, Robert C. (Edit.) **The Handbook of dispute resolution**. São Francisco: Jossey-Bass, 2005.

KAYALI, Didem. Enforceability of Multi-Tiered Dispute Resolution Clauses. In: **Journal of International Arbitration**, vol. 27, issue 6, p. 551-577, 2010.

KOVACH, Kimberlee K. Mediation. In: MOFFITT, Michael L.; BORDONE, Robert C. (Edit.) **The Handbook of dispute resolution**. São Francisco: Jossey-Bass, 2005.

KOVACH, Kimberlee K; LOVE, Lela P. Mapeando a mediação: os riscos do gráfico de Riskin. In: AZEVEDO, André Gomma de (Org.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Grupos de pesquisa, v. 3, 2004.

KRAUSS, Olivier. The Enforceability of Escalation Clauses Providing for Negotiations in Good Faith under English Law. In: **McGill Journal of Dispute Resolution**, v. 2, n. 142, p. 142-165, 2015-2016.

KRENNBAUER, Stefan. Enforceability of Multi-Tiered Dispute Resolution Clauses in International Business Contracts. In: **Year Book on International Arbitration**, v. 1, n. 199, 2010.

KULESZA, Gustavo; PEDROSO, Luiza; VIEIRA, Thais. **Cláusula escalonada: Tribunal de Justiça do Paraná anula sentença arbitral por desrespeito à etapa de negociação pré-arbitral**. Disponível em: <http://www.cbar.org.br/blog/artigos/clausula-escalonada-tribunal-de-justica-do-parana-anula-sentenca-arbitral-por-desrespeito-a-etapa-de-negociacao-pre-arbitral#_edn16>. Acesso em: 18 out. 2017.

LAGARDE, Xavier. L'efficacité des clauses de conciliation ou de médiation. In: **Revue de l'Arbitrage**, n. 3, p. 377-401, 2000.

LAVRADOR, João Guilherme Vertuan. **Mediação e acesso à justiça: os impactos da mediação nos conflitos**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LEE, Joel. Agreements to negotiate in good faith. In: **Singapore Journal of Legal Studies**, n. 212, 2013.

LEE, Joel. **The evolving “A” in ADR**. Disponível em: <<http://mediationblog.kluwerarbitration.com/2012/03/14/the-evolving-a-in-adr/>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

LEES, Amanda Joan. The Enforceability of Negotiation and Mediation Clauses in Hong Kong and Singapore. In: **Asian Dispute Review**, vol. 17, p. 16-20, 2015.

LEMES, Selma Maria Ferreira. **Arbitragem. Tire suas dúvidas**. Selam Lemes Advogados, 1994. Disponível em: <http://selmalemes.adv.br/artigos/artigo_juri21.pdf>. Acesso em: 8 maio 2018.

LEMES, Selma Maria Ferreira; MUNIZ, Joaquim de Paiva. As peculiaridades e os efeitos jurídicos da cláusula escalonada: mediação ou conciliação arbitragem, arbitragem doméstica e internacional. In: FERRAZ, Rafaella; MUNIZ, Joaquim, de Paiva (coords.). **Estudos em Homenagem ao Professor Theóphilo de Azevedo Santos**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 359-376.

LEMES, Selma Maria Ferreira. **Cláusula escalonada, mediação e arbitragem**. Disponível em: <<http://selmalemes.adv.br/artigos/artigo52.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

LEMES, Selma Maria Ferreira. Cláusula Escalonada ou Combinada: mediação, conciliação e arbitragem. In: FINKELSTEIN, Cláudio; VITA, Jonathan B.; CASADO FILHO, Napoleão. **Arbitragem Internacional, UNIDROIT, CISG, e Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 163-178. Disponível em: <<http://selmalemes.adv.br/artigos/Cl%C3%A1usula%20Escalonada%20ou%20Combinada%20-%20Media%C3%A7%C3%A3o,%20Concilia%C3%A7%C3%A3o%20e%20Arbitragem.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

LESSA NETO, João. O novo CPC adotou o modelo multiportas!!! E agora?! **Revista de Processo**, v. 244, p. 427-441, jun., 2015.

LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. **Cláusulas escalonadas: a mediação comercial no contexto da arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, vol. 1, 2005.

LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios Jurídicos Processuais sobre Mediação e Conciliação. In: ZANETI Jr., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de resolução de conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 141-164.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. A contribuição dos meios alternativos para a solução das controvérsias. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). **As grandes transformações do processo civil brasileiro**: homenagem ao Prof. Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 599-626.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. “Sistema multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p. 43-71.

LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrastra. **Mediação Judicial**: Análise da Realidade Brasileira: origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrastra. Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos. In: GABBAY, Daniela Monteiro; TAKAHASHI, Bruno. (Org.). **Justiça Federal**: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014, v. 1, p. 305-321.

LYE, Kah Cheong. Agreements to mediate – the impact of *Cable & Wireless plc. v IBM United Kingdom Ltd.* [2003] BLR 89. In: **Singapore Academy Law Journal**, v. 16, p. 530-541, 2004.

M. H. **Clause de médiation**: une efficacité limitée. Disponível em: <<https://actu.dalloz-etudiant.fr/a-la-une/article/clause-de-mediation-une-efficacite-limitee/h/7d5ed740f6558e25f0da57f3e816794e.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MAIA, Andrea. **The New Virtual Doors at the “Multidoor Courthouse”**. Disponível em: <<http://mediationblog.kluwerarbitration.com/2019/09/08/the-new-virtual-doors-at-the-multidoor-courthouse/>>. Acesso em: 8 set. 2019.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito (nota introdutória). **Processos Coletivos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, jan., 2010.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à justiça**: condicionantes legítimas e ilegítimas. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARANHÃO. Fórum da Capital. 15ª Vara Cível de São Luís. Procedimento comum nº 0862859-07.2016.8.10.0001. **Diário da Justiça do Estado do Maranhão**, São Luís, MA, 26 nov. 2016. Disponível em: <<https://pje.tjma.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/documentoSemLoginHTML.seam?ca=3b0d63e31f079ad6283ebfc8bd91b39e24fa69f00467ff2682ea03cc6f47b7e4fec518c029a60bf11ceee3590d310e0233d9618c104f42f1&idProcessoDoc=6527912>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. A audiência do art. 334 do Código de Processo Civil: da afronta à voluntariedade às primeiras experiências práticas. In: ZANETI Jr., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de resolução de conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 129-139.

MARCATO, Antonio Carlos (Coord.). **Código de Processo Civil interpretado**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de Metodologia Jurídica**: teses, monografia e artigos. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCONDES, Antonio Fernando Mello. Os dispute boards e os contratos de construção. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; PRADO, Maurício Almeida. (Org.). **Construção Civil e Direito**. São Paulo: Lex Editora, 2011, p. 123-139.

MARSH, Bill; ODDY, Alexander; O'NEILL, Jan. Chapter 9: England and Wales. In: ALEXANDER, Nadja; WALSH, Sabine e SVATOS, Martin (Orgs.). **EU Mediation law handbook – regulatory robustness ratings for mediation regimes**. Holanda: Kluwer Law International BV, 2017, p. 203-235.

MASTELLONE, Carlo; RISTORI, Laura. Chapter 17: Italy. In: ALEXANDER, Nadja; WALSH, Sabine e SVATOS, Martin (Orgs.). **EU Mediation law handbook – regulatory robustness ratings for mediation regimes**. Holanda: Kluwer Law International BV, 2017, p. 465-490.

MAZZOLA, Marcelo. **A cláusula opt out de mediação à luz do novo CPC**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI227753,71043-A+clausula+opt+out+de+mediacao+a+luz+do+novo+CPC>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MAZZOLA, Marcelo. **Qual a relação entre mediação extrajudicial, precedentes e negócios jurídicos processuais?** São Paulo, Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI239654,31047-Qual+a+relacao+entre+mediacao+extrajudicial+precedentes+e+negocios>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MAYER, Bernard. **The Dynamics of Conflict**. 2ª ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2012.

MEADOW-MENKEL, Carrie. **Regulation of Dispute Resolution in the United States of America: From the Formal to the Informal to the ‘Semi-formal’**. Disponível em: <<http://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2300&context=facpu>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MENEZES, Valquíria Maria Novaes. Do negócio jurídico processual e o consumidor. In: MARCATO, Ana *et al.* **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 589-606.

MELLO, Marcello Vieira de; CASTRO Flávia Câmara e. **Arbitragem e mediação – cláusulas escalonadas**: como funcionam e quando devem ser utilizadas. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI271681,51045-Arbitragem+e+mediacao+clausulas+escalonadas+como+funcionam+e+quando>>. Acesso em: 2 set. 2018.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MINAS GERAIS. Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública. 11^a Unidade Jurisdicional Cível. Procedimento comum nº 9050444.08.2019.813.0024. **Diário da Justiça do Estado do Maranhão**, Belo Horizonte, MA, 5 set. 2019. Disponível em: <[https://www.tjmg.jus.br/data/files/DE/14/62/70/68F3D610796871D6A04E08A8/Sentenc a%20Jesp.pdf](https://www.tjmg.jus.br/data/files/DE/14/62/70/68F3D610796871D6A04E08A8/Sentenc%20Jesp.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MINAS GERAIS. Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública. 11^a Unidade Jurisdicional Cível. Procedimento comum nº 9050126.25.2019.813.0024. **Diário da Justiça do Estado do Maranhão**, Belo Horizonte, MA, 5 set. 2019. Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/data/files/DE/14/62/70/68F3D610796871D6A04E08A8/Sentenc a%20Jesp.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado – Parte Geral**. Tomo III, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama; MEIRELLES, Delton Ricardo Soares. **Mediação judicial no projeto do Novo Código de Processo Civil (PL 8.046/2010)**. Revista de Arbitragem e Mediação, v. 33, pp. 213-236.

M. H., **Clause de médiation: une efficacité limitée**. Disponível em: <<https://actu.dalloz-etudiant.fr/a-la-une/article/clause-de-mediation-une-efficacite-limitee/h/7d5ed740f6558e25f0da57f3e816794e.html>>. Acesso em: 12 set. 2019.

MNOOKIN, Robert H.; KORNHAUSER, Lewis. Bargaining in the shadow of the laws: the case of divorce. In: **Yale Law Journal**, v. 88, n. 5, p. 950-997, 1979.

MOLLICA, Rogerio. **Os processos repetitivos e a celeridade processual**. 2010. 267 f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOORE, Christopher W. **The mediation process – practical strategies for resolving conflicts**. San Francisco: Jossey Bass Publishers, 2003.

MOURÃO, Alessandra Nascimento S. F.; CAMPOS, Pissolito Anita; AZEVEDO, Monique Haddad K.; SIMIONATO, Monica. **Fundamentos da Negociação para o Ambiente Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2014.

NAPOLIS, Pedro Metello de; JÚDICE, José Miguel. **Cláusulas que impõem mecanismos de prévia conciliação: da sua executoriedade e das consequências da sua violação**. Disponível em: <http://www.josemigueljudice-arbitration.com/xms/files/03_ARTIGOS_CONFERENCIAS_JMJ/01_Artigos_JMJ/Clausulas_de_conciliacao_previa_a_arbitragem_Livro_Acuerdo_Arbitral_Peru_2010.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

NOUGEIN, Henri-Jacques *et al.* **Guide pratique de l'arbitrage et de la médiation commerciale.** Paris: Lexis Nexis Litec, 2004.

PADILLA, Alirio Galvis. **Análisis comparativo de la legislación de mediación y conciliación Colombo-Argentina.** Disponível em: http://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/729/ARTICULO_COLOMBO_ARGENTINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 maio 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, vol. I, 2015.

PIMENTA, Natália Martins. **Coletivização das demandas individuais:** as técnicas processuais de julgamento de demandas individuais à luz do princípio do contraditório. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem.** São Paulo: Saraiva educação, 2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Mediação obrigatória: um oxímoro jurídico e mero placebo para a crise do acesso à justiça. In: **Acesso à Justiça e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos**, Uberlândia: XXI Encontro Nacional CONPENDI, 2012.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PAUMGARTTEN, Michele Pedrosa. A experiência Ítalo-brasileira no uso da mediação em resposta à crise do monopólio estatal de solução de conflitos e a garantia do acesso à justiça. In: **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, vol. VIII, 2011.

PINTO, José Emilio Nunes. **A cláusula compromissória à luz do Código Civil.** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4713. Acesso em: 10 ago. 2016.

PINTO, José Emilio Nunes. **O mecanismo multi-etapas de solução de controvérsias.** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4510. Acesso em: 23 ago. 2016.

PRYLES, Michael. Multi-tiered dispute resolution clauses. In: **Journal of International Arbitration**, v. 18, p. 159-176, 2001.

QUEK, Dorcas. Mandatory mediation: an oxymoron? Examining the feasibility of implementing a court-mandated mediation program. In: **Cardozo Journal of Conflict Resolution**, vol. 11, 2010.

RAB, Suzanne. **Legal systems in the UK (England and Wales):** overview. Disponível em: [https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-636-2498?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a412956](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-636-2498?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a412956). Acesso em: 12 set. 2019.

RANDOLPH, Paul. Compulsory mediation? In: **New Law Journal**, 2010. Disponível em: <<https://www.newlawjournal.co.uk/content/litigation-v-mediation>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

RANDOLPH, Paul. The mediation conundrum. Is mediation in need of government intervention? In: **New Law Journal**, 2011. Disponível em: <[https://www.newLawjournal.co.uk/content/mediation-conundrum](https://www.newlawjournal.co.uk/content/mediation-conundrum)>. Acesso em: 29 dez; 2019.

RICHA, Morgana de Almeida; PELUSO, Antonio Cezar (Coord.); GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Colab.). **Conciliação e Mediação: estruturação da Política Judiciária Nacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RISKIN, Leonard L. Understanding mediators' orientations, strategies and techniques: a grid for the perplexed. In: **Harvard Negotiation Law Review**, 1996. Disponível em: <<https://scholarship.law.ufl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1684&context=facultypub>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

RODANTE, Marcello. **Métodos consensuais de solução de conflitos e a cultura da colaboração**. Disponível em: <<http://ccbc.org.br/default.asp?pag=news&entrada=2392>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

RODANTE, Marcello. **Solução de conflitos e a cultura da colaboração**. Valor Econômico, 2016. Disponível em: <<http://www.angc.org.br/wp-content/uploads/2015/06/SOLU.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

RODRIGUES, Daniel Colnago. Mediação obrigatória no processo civil: reflexões à luz do direito comparado, do CPC/2015 e da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015). In: **Revista de Processo**, n. 285, nov., 2018.

RODRIGUES JUNIOR, Walsir Edson. **A prática da mediação e o acesso à justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

RULE, Colin. **Using Online Dispute Resolution to Expand Access to Justice**. Disponível em: <<https://www.okbar.org/barjournal/aug2019/obj9006rule/>>. Acesso em: 8 set. 2019.

SALEHIJAM, Maryam. The enforceability of Alternative Dispute Resolution Agreements: an analysis of selected European Union Member States. In: **International Trade and Business Law Review**, v. 21, p. 255-276, 2018.

SALEHIJAM, Maryam. A Call for Harmonized Approach to Agreements to Mediate. In: **Year Book of International Arbitration**, v. 6, 199-227, 2018.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem – curso de métodos adequados de solução de controvérsias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem – curso básico para programas de graduação em Direito**. São Paulo: Método, 2012.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. Mediação Nas e Entre Empresas. In: BRAGA NETO, Adolfo; SALLES, Lilia Maia de Moraes. **Aspectos Atuais sobre a Mediação e Outros Métodos Extra e Judiciais de Resolução de Conflitos**. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2012.

SALLES, Carlos Alberto de. **Arbitragem em contratos administrativos**. São Paulo: Método, 2011.

SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). **As transformações do processo civil brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SALLES, Carlos Alberto de. Mecanismos alternativos de solução de controvérsias e acesso à justiça: a inafastabilidade da tutela jurisdicional recolocadas. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Processo e Constituição. Estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 779-792.

SANDER, Frank E. A. **Developing the MRI (Mediation Receptivity Index)**. Ohio State Journal on Dispute Resolution, n. 22, p. 599-618, 2007.

SANDER, Frank E. A. Varieties of Dispute Processing. **The Pound Conference: Perspectives on Justice in the Future**. Minnesota: West Pub. Co., 1979.

SANDER, Frank E. A. **The Multi-door Courthouse**. 3 Barrister 18, 1976.

SANTA CATARINA. Comarca de Joinville. 1^a Vara de Direito Bancário. Procedimento comum nº 0326423-34.2018.8.24.0038. **Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina**, Joinville, SC, 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://esaj.tjsc.jus.br/cpopg/show.do?jsessionid=C209AB19645B96152EEE0956AF73221E.cpopg3?conversationId=&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=032642334.2018&foroNumeroUnificado=0038&dadosConsulta.valorConsultaNuUnificado=03264233420188240038&dadosConsulta.valorConsultaNuUnificado=UNIFICADO&dadosConsulta.valorConsulta=XlZVi7niAjz5xA4BBKEab2DmK7vkEw898jA4DyKewbZ4xkg0s2NgdeZx7VbIgjPUg8pOLLmoC6EIREw&processo.codigo=12005FAK70000r>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTA CATARINA. Comarca de Araquari. 1^a Vara. Procedimento comum nº 0301352-63.2017.8.24.0103. **Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina**, Araquari, SC, 5 jan. 2019. Disponível em: <<https://esaj.tjsc.jus.br/cpopg/show.do?jsessionid=C209AB19645B96152EEE0956AF73221E.cpopg3?conversationId=&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=032642334.2018&foroNumeroUnificado=0038&dadosConsulta.valorConsultaNuUnificado=03264233420188240038&dadosConsulta.valorConsultaNuUnificado=UNIFICADO&dadosConsulta.valorConsulta=XlZVi7niAjz5xA4BBKEab2DmK7vkEw898jA4DyKewbZ4xkg0s2NgdeZx7VbIgjPUg8pOLLmoC6EIREw&processo.codigo=12005FAK70000r>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Foro Central Cível. 4^a Vara Cível. Procedimento comum nº 1072639-97.2017.8.26.0100. **Diário da Justiça Eletrônico**, São Paulo, SP, 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?nuProcesso=1072639-97.2017.8.26.0100&cdProcesso=2S000QTEP0000&cdForo=100&baseIndex=INDDS&nmAlias=PG5JM&tpOrigem=2&flOrigem=P&cdServico=190101&acessibilidade=false&ticket=yVL2ye%2BhPo3kHnf%2BfRK3tso7DbARQP0ciU9v3jTQY9CCy4IUZbNOKN4F0xYudKlvJV5A%2FfodLTPQ0mSK3154rn01dlp92%2BGHI0iHgKWVoS2vkQg%2Fd2Uzp%2BGny%2BKR%2BYOwE4ZYwx65w7OX4pS93VVORsBZpiHhBJhuKReAZVN0TXLT5xLC%2BI7YWqFsBQcY0A4oLpg%2BRJJvW8nOP1DHZ%2BzANykknJnHXapAzYESV%2FDo4AZHpb%2Fp2LvvcnTuQUh8C717gcmWlwlFB4v5QgkSQgq5WpSS5I2A7zoME4TKd9lwt1B4GmNYXLueBeOsgjpUf%2B5JAGfGeIJRm3DYPwPTZmwdQ%3D%3Dr>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.873, de 22 de fevereiro de 2018**. Reconhece e regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela Prefeitura de São Paulo. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e Prática da Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

SILVA, Érica Barbosa. **A efetividade da prestação jurisdicional civil a partir da conciliação**. 2012. 356 f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Solução de Controvérsias: Métodos Adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; DA SILVA, Paulo Eduardo Alves (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012, p. 1-25.

SOARES, Lara Rafaelle Pinho Soares. A Vulnerabilidade na negociação processual atípica. In: MARCATO, Ana *et al.* **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2017.

SPLINGER, Fabiana Marion; SPLINGER NETO, Theobaldo (Org.). **Mediação enquanto política pública: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

STIPANOWICH, Thomas J. The Multi-Door Contract and Other Possibilities. In: **Ohio State Journal on Dispute Resolution**, v. 13, n. 2, 1998.

STIPANOWICH, Thomas J. **What does the Fortune 1,000 Survey on Mediation, Arbitration and Conflict Management Portend for International Arbitration?** Disponível em: <<http://kluwerarbitrationblog.com/2013/03/14/what-does-the-fortune-1000->

survey-on-mediation-arbitration-and-conflict-management-portend-for-international-arbitration/>. Acesso em: 14 ago. 2016.

TAKAHASHI, Bruno. **O papel do terceiro facilitador na conciliação de conflitos previdenciários**. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2016.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 1ª ed. São Paulo: Método, 2008.

TARTUCE, Fernanda. **Normas e projetos de lei sobre mediação no Brasil**. Revista do Advogado AASP. Ano XXXIV, n. 123, ago., 2014.

TARTUCE, Fernanda. **Igualdade e Vulnerabilidade no Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TARTUCE, Fernanda. Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar? In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). **Negociação, mediação e arbitragem** – curso básico para programas de graduação em Direito. São Paulo: Método, 2012a, p. 149-178.

THEODORO JÚNIOR., Humberto. Pressupostos processuais e condições da ação no processo cautelar. In: **Revista de Processo**, n. 50, p. 951-974, 1988.

THOMAS, Charlotte E. **Mandatory Mediation Clauses: Can you make the horse drink?** Disponível em: <<http://thelegalintelligencer.typepad.com/tli/2011/12/mandatory-mediation-clauses-can-you-make-the-horse-drink.html>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

TOCHTERMANN, Peter. Agreements to negotiate in the transnacional context – Issues of contract law and effective dispute resolution. In: **Uniform Law Review**, v. 13, issue 3, p. 685–708, 2008.

URY, William; BRETT, Jeanne M.; GOLDBERG, Stephen B. **Getting Disputes Resolved: Designing Systems to Cut the Costs of Conflict**. Cambridge: PON Books, 1993.

URY, William. **Getting past no**. Negotiating with difficult people. Londres: Century Business, 1992.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Mediação: Teoria e Prática e Guia para Utilizadores e Profissionais**. Lisboa: Agora Publicações Ltda. 2001.

VIGORITI, Vincenzo. Europa e mediazione. Problemi e soluzioni. In: **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 5, 2011, p. 61-81.

ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; MAZZO, Fernando Henrique Machado. Do movimento de acesso à justiça às preocupações sobre o aumento da litigiosidade de massa. In: **Meritum**, vol. X, n. 1, 2015.

WAHAB, Mohamed S. Abdel; KATSH, Ethan; e RAINEY, Daniel. **Online Dispute Resolution: Theory and Practice. A Treatise on Technology and Dispute Resolution.** Disponível em: <http://www.ombuds.org/odrbook/Table_of_Contents.htm>. Acesso em: 21 maio 2018.

WALL JUNIOR, James A. Mediation: An Analysis, Review, and Proposed Research. In: **The Journal of Conflict Resolution**, v. 25, n. 1, p. 157-180, mar., 1981.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos.** Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

WATANABE, Kazuo. **Mediação como política pública social e judiciária.** Revista do Advogado AASP, ano XXXIV, n. 123, agosto de 2014.

WATANABE, Kazuo. Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. In: RICHA, Morgana de Almeida; PELUSO, Antonio Cezar (Coord.); GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Colab.). **Conciliação e Mediação: estruturação da Política Judiciária Nacional.** Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 3-11.

WATANABE, Kazuo. A mentalidade e os meios alternativos de solução de conflitos no Brasil. In: WATANABE, Kazuo; GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano. **Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional.** São Paulo: Atlas, 2007, p. 6-10.

WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de. **Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover.** São Paulo: DPJ, p. 684-690, 2005.

WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil.** São Paulo: Perfil, 2005a.

WATANABE, Kazuo. Modalidade de Mediação. In: DELGADO, *José et al.* **Mediação: um projeto inovador.** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, CJP, 2003, v. 22.

WHITE, James J. The pros and cons of “Getting to yes”. In: **Journal of Legal Education**, v. 34, p. 115-120, 1984.

WIETEK, Delphine. Chapter 12: France. In: ALEXANDER, Nadja; WALSH, Sabine e SVATOS, Martin (Orgs.). **EU Mediation law handbook – regulatory robustness ratings for mediation regimes.** Holanda: Kluwer Law International BV, 2017.

WINSTON, David S. **Participation Standards in Mandatory Mediation Statutes: You Can Lead a Horse to Water.** 11 Ohio St. J. on Disp. Resol. 187